





★ continuação

contrato. A movimentação das debêntures está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	85.032	91.524
Juros incorridos no período	8.461	7.739
Amortização principal	(7.293)	(6.643)
Amortização juros	(8.461)	(7.740)
Amortização do custo de transação	152	152
	<b>77.891</b>	<b>85.032</b>

As debêntures de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
2024	8.721	9.570
2025	9.570	10.596
2026	11.668	11.668
2027	29.418	29.418
Após 2027	<b>69.973</b>	<b>69.973</b>

**9. Partes relacionadas:** Representado por:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar		
Dividendos a pagar	13	1.730
Custos/despesas operacionais	1.018	(162)
GS Inima Brasil Ltda.	—	—
Cesbe Participações S.A.	—	645
Construtora Elevação Ltda.	<b>13</b>	<b>3.393</b>
	<b>(162)</b>	<b>(162)</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar		
Dividendos a pagar	11	1.617
Custos/despesas operacionais	—	951
GS Inima Brasil Ltda.	—	603
Cesbe Participações S.A.	—	—
Construtora Elevação Ltda.	<b>11</b>	<b>3.171</b>
	<b>(124)</b>	<b>(124)</b>

**10. Patrimônio líquido:** **10.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social integralizado é de R\$ 17.800 e está representado por 17.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social
GS Inima Brasil Ltda.	9.078	51%
Cesbe Participações S.A.	5.340	30%
Construtora Elevação Ltda.	3.382	19%
	<b>17.800</b>	<b>100%</b>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **10.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 487 (R\$ 668 em 31 de dezembro de 2021). **10.3. Reserva de lucros e reserva de lucros a realizar:** O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordi-

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Araucária Saneamento S.A.**

nária (AGE). Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 10.180 para a conta de reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos totais das contas de lucros acumulados e reserva de lucros, no montante de R\$ 36.711, foram transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total da reserva legal, da reserva de lucros e da reserva de lucros a realizar atinge os montantes de R\$ 48.972 e R\$ 39.784, respectivamente, superando o capital social integralizado em R\$ 31.172 e R\$ 21.984, respectivamente. A Administração da Sociedade avaliará ao longo do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 se o excesso será integralizado ao capital social ou será utilizado na distribuição de dividendos, estando em consonância com a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. A avaliação da Administração será levada aos acionistas através de deliberação em Assembleia.

**10.4. Dividendos:** O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 27 de abril, foram aprovados em AGO, a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 1.479, os quais foram pagos dentro do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 3.393 e R\$ 3.171, respectivamente. O montante de R\$ 3.393 será pago no decorrer do exercício a findar-se em 2023 e o montante de R\$ 3.171 foi pago dentro do exercício de 2022. **11. Receita líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita bruta</b>		
Receita de locação do ativo	25.728	23.317
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	2.197	1.024
	<b>27.925</b>	<b>24.341</b>

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Deduções da receita</b>		
PIS	(167)	(152)
COFINS	(772)	(699)
	<b>(939)</b>	<b>(851)</b>
	<b>26.986</b>	<b>23.490</b>

**12. Despesas operacionais por natureza:** Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Materiais de construção e equipamentos	(65)	(43)
Serviços de terceiros	(388)	(44)
Seguros	(73)	(80)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(162)	(124)
Impairment do ativo financeiro	(1.527)	361
Outras despesas	(28)	(46)
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>	<b>(2.243)</b>	<b>24</b>

Diretoria	Contador
<b>Paulo Roberto de Oliveira</b> - Diretor Presidente	<b>Rodrigo Basso</b> - CRC 1SP266229/O-8

de. **Reconhecimento da receita de locação de ativos:** A Sociedade mantém o montante de R\$ 134.878 mil registrados como contas a receber de locação de ativos em 31 de dezembro de 2022, relacionados ao Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 que tem como objeto à locação de ativos, precedida da concessão do direito real de uso das áreas e da execução das obras. Os valores do contas a receber de locação de ativos possuem expectativas de recuperação ao longo do respectivo Termo de Contrato, baseada na remuneração do Valor do Montante periódico Líquido (VML) recebido do poder concedente (SABESP) até o término do contrato, descontados a valor presente pela taxa de retorno do investimento. Devido ao contas a receber de locação de ativos serem amortizados pela contraprestação recebida (VML) ao longo do termo de contrato, a Administração da Sociedade avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) desses ativos, e adicionalmente opta por divulgar sua análise do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nosso enfoque de auditoria consistiu em obtenção de conhecimento sobre fluxos de negócios e de aspectos contratuais, incluindo controles exercidos. Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento operacional da Sociedade, além da sua área financeira-contábil, para entender situações de possíveis riscos relacionados ao Termo de Contrato; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Sociedade acerca de identificar eventuais litígios em disputa relacionada ao Termo de Contrato entre a Sociedade e o poder concedente; (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Sociedade com o objetivo de se identificar problemas relacionados a continuidade do Termo de Contrato; (iv) revisão do modelo financeiro de fluxo de caixa das contraprestações a receber (VML) até o final do Contrato, descontado, pela taxa de retorno do investimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do referido modelo e as principais premissas utilizadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora-

**13. Resultado financeiro:** Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.083	375
	<b>1.083</b>	<b>375</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(8.461)	(7.739)
Custo de transação das debêntures	(152)	(152)
Outras despesas financeiras	(4)	(7)
	<b>(8.617)</b>	<b>(7.898)</b>
	<b>(7.534)</b>	<b>(7.523)</b>

**Resultado financeiro líquido**

**14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** **14.1. Imposto de Renda e contribuição Social diferidos:** A Sociedade deixou de ser tributada pelo lucro real e passou a ser tributada pelo lucro presumido. Sendo assim, as disposições normativas que tratam do diferimento do lucro auferido na fase de construção da infraestrutura em virtude do reconhecimento de ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa, quais sejam, artigo 36 da Lei nº 12.973, de 2014, e artigos 168 a 170 da IN RFB nº 1.700, de 2017, aplicam-se somente ao lucro real e esclarecem que o lucro auferido nessa fase poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento das receitas contratadas. Paralelamente a isso, relativamente ao lucro presumido com base no regime de caixa, prevalece a regra de reconhecimento das receitas e resultados à medida do seu recebimento. Sendo assim, devido a mudança no regime de tributação, conforme citado acima, as perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões que não suportam as expectativas da Administração para o exercício corrente. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração. **14.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de locação de ativos	25.728	23.317
Redução para base de cálculo	32%	32%
Base de cálculo	(8.233)	(7.461)
Receitas financeiras	(1.083)	(375)
Base de cálculo do lucro presumido	(9.316)	(7.836)
Base de cálculo adicional	(9.076)	(9.596)

IRPJ	(1.397)	(1.175)
Alíquota - 15%	(908)	(760)
Alíquota adicional - 10%	(2.305)	(1.935)
Total do IRPJ no trimestre		
CSLL	(838)	(705)
Alíquota - 9%	(838)	(705)
Total da CSLL no trimestre		
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.143)</b>	<b>(2.640)</b>

**15. Lucro por ação:** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

ção de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro básico</b>		
Lucro líquido do período	14.060	13.351
Número de ações ao fim do período (em milhares)	17.800	17.800
<b>Lucro líquido por ação - básico - R\$</b>	<b>0,790</b>	<b>0,750</b>
<b>Lucro diluído</b>		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	14.060	13.351
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	17.800	17.800
<b>Lucro líquido por ação - diluído - R\$</b>	<b>0,790</b>	<b>0,750</b>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. **16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos propostos e não pagos	3.393	3.171
	<b>3.393</b>	<b>3.171</b>

**17. Cobertura de seguros:** A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o Contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	70.000

**18. Eventos subsequentes:** Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram desse tema concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração da Sociedade avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023



**BDO RCS**  
**Auditores Independentes SS Ltda.** **Marcos Vinícius Galina Colombari**  
 CRC 2 SP 013846/O-1 Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>